

# NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 18/Fev



cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 2508/2021



## Publicado voto do relator nos embargos de declaração

### Tema 709 do STF – Aposentadoria Especial



Na sexta, dia 12 de fevereiro foi publicado o voto ministro relator, Dias Toffoli, sobre os embargos de declaração do Tema 709 do STF.

O voto do relator foi no sentido da modulação dos efeitos para garantir a continuidade do trabalho para quem teve decisão judicial transitada em julgado até o dia 23 de fevereiro de 2021. Ainda, o voto faz menção à irrepetibilidade dos valores alimentares recebidos de boa-fé, por força de decisão judicial ou administrativa.

O relator alterou ainda o texto da tese final de “suspensão” para “cessará o pagamento”. Isso significa que o trabalhador que continuar/

voltar a desempenhar atividades com exposição a agentes nocivos após a concessão da aposentadoria especial terá apenas a cessação dos pagamentos do benefício e não o cancelamento da aposentadoria.

Por ser um plenário virtual, os demais ministros tem até o dia 23 de fevereiro para concluir o julgamento. O voto do relator, o ministro Dias Toffoli, **pode ser conferido aqui ([https://previdenciarista.com/blog/wp-content/uploads/2021/02/1\\_4986045521249435941.pdf](https://previdenciarista.com/blog/wp-content/uploads/2021/02/1_4986045521249435941.pdf))**.

Fonte: Previdenciarista

# COMUNICADO DO SINDVIGILANTES-AL, SOBRE O TERMO ADITIVO DAS EMPRESAS PROSEGUR E SEGURPRO

**O SINDICATO DOS VIGILANTES DE ALAGOAS, comunica aos vigilantes das empresas PROSEGUR E SEGURPRO, que não assine nenhum documento sem a orientação do sindicato.**



Existe uma notificação do Ministério Público do Trabalho, que em audiência com os representantes das empresas acima citadas, de enviar tais documentos (Termo Aditivo), para o MPT analisar e só depois de ser analisado e autorizado pelo MPT, o sindicato poderia assinar o Termo Aditivo junto com as empresas em questão.

Até a presente data, as empresas acima citadas, não enviaram e nem comunicou ao MPT, sobre o novo documento.

Portanto, o sindicato orienta aos trabalhadores de não assinar o novo Termo Aditivo das empresas PROSEGUR E SEGURPRO.

Segue a notificação da audiência do Ministério Público do Trabalho da 19ª Região.

## **NOTIFICAÇÃO n.º 73814.2020**

PROCEDIMENTO n.º 002501.2020.19.000/8

REQUERENTE: SINDVIGILANTES/AL - SINDICATO DOS VIGILANTES, EMPREGADOS EM EMPRESAS DE SEGURANÇA, VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES E DOS TRABALHADORES EM SERVIÇO DE SEGURANÇA, VIGILÂNCIA, SEGURANÇA PESSOAL, CURSOS DE FORMAÇÃO E ESP.

REQUERIDO: PROSEGUR BRASIL S.A. - TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, SEGURPRO VIGILANCIA PATRIMONIAL S.A

VACINA PARA TODOS:

**FONTE: Sindicato dos Vigilantes de Alagoas**

# SESAB RESPONDE A PEDIDO DE PRIORIDADE PARA OS VIGILANTES



A Secretaria de Saúde do Estado da Bahia – SESAB respondeu na semana passada ao Ofício do Sindvigilantes/Bahia pedindo que a nossa categoria seja considerada nos grupos prioritários para aplicação da vacina contra o coronavírus, até porque estamos na linha de frente em todas as áreas que atuamos (bancos, comércio, órgãos públicos, indústrias, condomínios, etc.) e no contexto da pandemia a lei federal nos classifica como essenciais.

A SESAB explicita o público das primeiras 4 fases, sendo que a 4ª fase inclui trabalhadores da educação, profissionais das forças de segurança e salvamento, funcionários do sistema prisional e população privada de liberdade, dentre outros.

A nossa expectativa e pedido é para estarmos inseridos nesta 4ª fase, com os pedidos também

dirigidos as Prefeituras que, efetivamente organizam na ponta a aplicação das vacinas.

O Sindicato já protocolou pedidos na Prefeitura de Salvador, Lauro de Freitas, Itaberaba, entre outras.

O colega do interior pode indicar para o Sindicato através do e-mail [sindvigilantes@sindvigilantes.org.br](mailto:sindvigilantes@sindvigilantes.org.br) os dados (endereço, nome do secretário(a), telefone, e-mail, etc.) da Secretaria de Saúde da sua cidade e o Sindicato encaminha o pedido específico. O interesse é de todos.

**Vacina para todos os Vigilantes, já!**

FONTE: SINDVIGILANTES/BA

# Sindivigilante Sergipe aciona judicialmente empresa de vigilância



O SINDIVIGILANTE SERGIPE (Sindicato dos vigilantes em empresas de vigilância e segurança privada do estado de Sergipe) notifica judicialmente a empresa S&V vigilância na justiça do trabalho, após receber denúncias referentes ao não cumprimento de convenção coletiva de trabalho por parte da empresa acima citada.

As irregularidades seriam:

1) - O não pagamento da intrajornada de trabalho

Segue abaixo o número do processo, consultar no site do Tribunal Regional do Trabalho 20º região.

0000093-27.2021.5.20.0007

**Unidos Somos Fortes!**

FONTE: ASCOM/SINDIVIGILANTE SERGIPE

## RIO GRANDE DO SUL

# RUDDER PRESSIONA VIGILANTES A ACEITAREM CONTRATO COM BANCO DE HORAS



O sindicato recebeu a denúncia de que os vigilantes da Rudder Segurança estão sendo pressionados a assinar um aditivo de contrato de trabalho com a empresa, com cláusulas que são prejudiciais aos trabalhadores. O presidente do Sindivigilantes do Sul, Loreni Dias, orienta que não assinem este documento, acrescentando

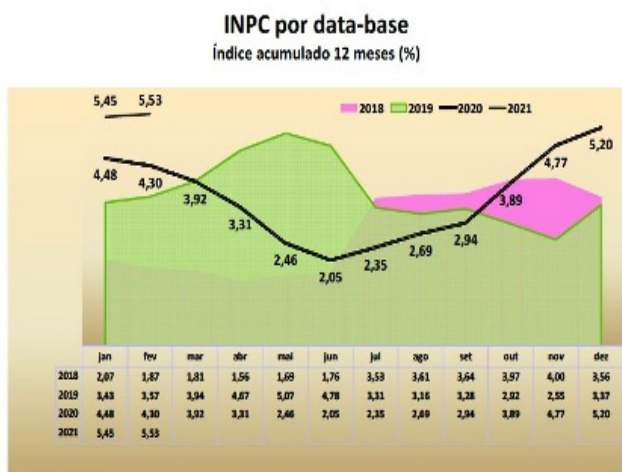
que o assunto já foi encaminhado para as providências da assessoria jurídica.

Entre outras coisas, o novo contrato prevê a adoção do banco de horas, permitindo que as horas extras dos vigilantes sejam compensadas com folgas, em vez de receber por elas. “Nós não concordamos com isso, vamos notificar a empresa para que os vigilantes não sejam forçados a assinar um contrato que é prejudicial para eles”, afirmou Dias.

**Clique aqui para ler a íntegra do contrato.**  
<http://www.sindivigilantesdosul.org.br/wp-content/uploads/2021/02/Rudder-Contrato.pdf>

FONTE: SINDIVIGILANTES DO SUL

# ÍNDICE DA INFLAÇÃO NA DATA-BASE DOS VIGILANTES FICOU EM 5,53%



Fonte: IBGE  
Elaboração DIEESE

Foi divulgado o índice da inflação anual pelo INPC/IBGE na data-base dos vigilantes do Rio Grande do Sul, 1º de fevereiro, que ficou em 5,53%.

## ESPIRITO SANTO

# Atenção Vigilantes da VISEL: Pagamento da 4ª parcela!

O presidente do Sindseg-GV/ES Serafim Gerson Camilo informa a todos os Vigilantes Patrimoniais que fazem parte do processo da VISEL nº 0001454-05.2017.5.17.0007 referente a dobra de feriados que o sindicato iniciará o pagamento da 4ª parcela a partir do dia 1º de março das oito da manhã até às 20 horas.

O presidente também informa aos trabalhadores que o sindicato ficará uma semana realizando os pagamentos, ou seja,

Para lembrar, na nossa pauta de reivindicações, aprovada nas assembleias, solicitamos para este ano o reajuste salarial pela inflação mais 3% de aumento real.

Também reivindicamos o aumento do ano passado, que não tivemos, de 4,30% correspondente ao INPC em 1º de fevereiro de 2020.

Já temos a inflação, mas ainda não temos a resposta da entidade patronal (Sindesp) quanto à data da primeira de reunião para o começo da negociação da convenção coletiva de trabalho.

Por que tanta demora? Eles já estão com a nossa pauta de reivindicações, inclusive.

Chega de exploração, queremos aumento, já!

FONTE: SINDVIGILANTES DO SUL

será o dia 1º de março até o dia 05 de março de 2021.

“Mais uma vez vamos estender o horário de atendimento no sindicato para podermos atender de uma maneira ainda melhor a todos os trabalhadores. Pedimos que tragam documento de identificação e use máscara”, diz Serafim.

FONTE: Imprensa Sindseg-GV/ES (Mary Martins)



# BRB registra em 2020 maior lucro líquido da história: R\$ 456 milhões

**O Banco de Brasília divulga, nesta sexta-feira (12/2), o balanço do 4º trimestre de 2020 e do acumulado do ano**



Raimundo Sampaio/Esp. Metrôpoles

O Banco de Brasília (BRB) registrou em 2020, ano marcado pela pandemia da Covid-19, o maior lucro líquido recorrente da história: R\$ 456 milhões. O valor representa aumento de 10,5% em comparação com o resultado de 2019.

A partir disso, o BRB estimou repassar aos acionistas aproximadamente R\$ 128 milhões em dividendos. O Governo do Distrito Federal (GDF) deve ficar com a maior fatia, de R\$ 120 milhões, porque é o acionista majoritário.

O BRB divulga, nesta sexta-feira (12/2), o balanço do 4º trimestre de 2020 e do acumulado do ano. Nos últimos quatro meses, o banco teve lucro recorrente de R\$ 137 milhões, um crescimento de 19,8% em relação ao 3º trimestre.

O crescimento registrado pelo Banco de Brasília, em meio à pandemia, não ocorreu em outros bancos brasileiros, que tiveram queda no lucro. Parte deve-se ao fato de que o BRB é um banco público com forte atuação em programas do Executivo local, segundo o presidente do BRB, Paulo Henrique Costa.

“Ao mesmo tempo em que apoiamos os nossos clientes com crédito consignado, imobiliário, financiamento rural e concessão de empréstimo às pessoas jurídicas, também exercemos forte papel na implementação dos programas sociais do Governo do Distrito Federal”, disse Costa, em entrevista à coluna Grande Angular.

Por meio do Supera-DF, iniciativa lançada pelo GDF para amenizar a crise vivida por empresários e pessoas físicas, o BRB movimentou R\$ 4,4 bilhões. Costa destacou que 180 mil famílias foram beneficiadas por meio de programas sociais nos quais o banco atuou, como Cartão Material Escolar, Renda Emergencial e Prato Cheio.

O BRB abriu 150 mil contas em 2020, um aumento de 24,3% na base de clientes em 12 meses. Do total, 130 mil são do BRB Nação Fla, o banco digital lançado em parceria com o Flamengo.

## Planos para 2021

A carteira de crédito do BRB fechou o ano com saldo de R\$ 16,2 bilhões e cresceu 47,4%. Os destaques foram os créditos consignado, imobiliário e rural, além de empréstimos para empreendedores. O BRB informou que assumiu a liderança do crédito imobiliário no DF a partir da evolução de 151,4% observada no ano passado.

Nos seguros, o resultado foi 35% maior do que em 2019. O BRB alcançou, também, a marca de 460 mil cartões de crédito pré-pagos ativos, o que representa crescimento de 101,8% em 12 meses.

A margem financeira do BRB cresceu 15,2%, e as receitas de prestação de serviços subiram 27,4%. Os ativos tiveram aumento de 48,9%, e o retorno sobre o patrimônio líquido foi de 24,5% no ano.

Costa disse que, para 2021, o BRB planeja novidades em diferentes campos de atuação, com lançamento de plataforma de investimento, maquininha de cartões chamada BRB Pay, cartões de crédito e outro banco digital.

“O BRB vai estar cada vez mais próximo da população do DF, na sua atuação como banco, prestador de serviço e fomentador da cultura, do esporte e lazer”, concluiu.

**FONTE: METROPOLES - Isadora Teixeira**

# Decreto de Bolsonaro mexe na concessão de aposentadoria e pensões dos servidores

**Decreto prevê que servidores da União da Administração Pública Federal terão aposentadorias e pensões centralizadas no Ministério da Economia e os de autarquias e fundações, no INSS. Condsef vê retrocesso**



EDSON RIMONATTO

O Diário Oficial da União (D.O.U) publicou nesta segunda-feira (8), o **Decreto nº 10.620** de Jair Bolsonaro (ex-PSL), alterando a competência de órgãos responsáveis pela concessão e manutenção das aposentadorias e pensões do Regime Próprio de Previdência Social da União.

O decreto presidencial estabelece que os servidores da União, no âmbito da Administração Pública Federal, terão suas aposentadorias e pensões concentradas no Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (Sipec), sob competência do Ministério da Economia. Já os servidores públicos federais que trabalham nas autarquias e fundações terão esses direitos concentrados no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Antes do decreto, o servidor que pedisse aposentadoria ou pensão ficava ligado diretamente ao seu órgão, fossem eles ministérios ou fundações e autarquias.

Essas mudanças previstas no decreto presidencial são vistas com preocupação pelo secretário-geral da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público (Condsef), Sérgio Ronaldo.

“Se hoje está difícil se aposentar no órgão de origem, no local onde você trabalhou, imagine centralizando tudo no Ministério da Economia, aqui em Brasília. Tudo isto é justamente para dificultar o acesso aos direitos de aposentados e pensionistas. A situação será ainda pior para quem trabalha nas autarquias e fundações, que ficarão ligadas diretamente ao INSS”, afirma Sérgio Ronaldo.

Para o dirigente, centralizar as aposentadorias e pensões no INSS, que tem uma fila de milhões de pessoas à espera da aposentadoria, é uma maldade sem precedentes do governo Bolsonaro.

“Bolsonaro está desmontando os direitos de forma monocrática, de uma canetada só, por meio de decretos, portarias e instruções normativas contra o conjunto do funcionalismo. Aliás, ele está fazendo uma reforma Administrativa, de forma monocrática, individual, sem passar pelo Congresso. Bolsonaro virou um ditador. Já são milhares de decretos, portarias e normativas, que não temos nem mais pernas para acompanhar o Diário Oficial. Todos os dias são dezenas de instrumentos para retirar direitos”, afirma Sérgio Ronaldo.

O dirigente diz que está aguardando uma manifestação e orientação da assessoria jurídica da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público para ver qual “remédio” será possível para combater mais essa atrocidade do “desgoverno Bolsonaro”, em relação ao conjunto do funcionalismo público federal.

FONTE: CUT

# Para Dieese, autonomia do BC dificultará “retomada” da economia em futuros governos

O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) publicou uma síntese dos impactos do projeto que confere autonomia ao Banco Central (BC), na sequência de sua aprovação pela Câmara Federal, nesta quarta-feira (10).

Articulado pela bancada do governo Bolsonaro e pelo relator da proposta, Silvio Costa Filho (Republicanos-PE), o PL contou com 339 votos favoráveis e 114 contrários, com apenas uma abstenção. O texto foi aprovado pelo Senado em 2020 e segue para sanção presidencial.

Com as mudanças, o período dos mandatos do presidente e dos diretores do Banco Central deixará de coincidir com o mandato do presidente da República. Assim, nos primeiros dois anos de um novo governo, a política monetária será comandada por um Banco Central indicado pelo governo anterior.

O restante da diretoria do BC será designado aos poucos pelo presidente da República, ao longo da administração.

Após a sanção presidencial, o banco não possuirá mais vínculo com o Ministério da Economia: será uma Autarquia de Natureza Especial. O presidente da República perderá a prerrogativa de trocar o presidente ou os diretores do BC, exceto em casos excepcionais.

Na avaliação do Dieese, caso Bolsonaro seja derrotado nas eleições de 2022, um futuro governo já teria dificuldades em implementar uma nova política fiscal, por conta do “Teto de Gastos” instituído pela Emenda Constitucional 95.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

Com a autonomia do BC, uma nova política monetária também será inviabilizada, ao menos nos dois primeiros anos de governo.

A política monetária consiste no controle do nível de moeda e crédito que circulam na economia. O BC assume essa tarefa de modo a incentivar e direcionar o crédito, ativando a economia em momentos de crise, por exemplo. Esses instrumentos podem ser utilizados para o controle da inflação e também para a retomada da atividade econômica e do emprego, segundo explicação do Dieese.

“Ainda que o projeto aprovado diga que BC deve ter como objetivos secundários ‘zelar pela estabilidade e pela eficiência do sistema financeiro, suavizar as flutuações do nível de atividade econômica e fomentar o pleno emprego’, na prática, isso será inviável diante do

descasamento dos mandatos da diretoria do BC e do presidente da República”, alerta a nota do Dieese.

“Se, por exemplo, em 2022, o país eleger um novo presidente, com um projeto de retomada da atividade econômica, geração de empregos, desenvolvimento econômico, com redução das desigualdades, ele terá sérios problemas para seguir adiante com os propósitos que o elegeram. Um novo projeto eleito pelo voto popular terá enormes dificuldades em [...] implementar uma política monetária, pois terá que conviver por dois anos com um Banco Central comprometido com o projeto político anterior, derrotado nas urnas”, finaliza.

Fonte: Brasil de Fato - Rogério Jordão

www.cntv.org.br  
cntv@terra.com.br  
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,  
Térreo, lojas 09-11  
73300-000 Brasília-DF